

O estado de Goiás no contexto das novas tendências migratórias internas: abordagem para o período 1986-2010

Jose Márcio Santos

Resumo

O objetivo do trabalho é analisar a dinâmica migratória interestadual “do” e “para” o estado de Goiás, entre 1986 e 2010. A metodologia empregada consiste na mensuração do Saldo Migratório, Índice de Reposição Populacional (IRP), Índice de Eficácia Migratória (IEM) e da Taxa Líquida de Migração (TLM), calculados a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, precisamente para os quinquênios de 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010, a partir do quesito data fixa. Os resultados indicam que, durante os três períodos em estudo, o estado de Goiás aumenta de maneira ininterrupta os seus saldos migratórios positivos, aproximando-se em termos absolutos dos volumes observados para o estado de São Paulo. Ademais, a TLM indica que o crescimento da população local está associado às migrações, devido, sobretudo, ao aumento da capacidade de retenção e de reposição da população perdida. Além disso, o estado vem intensificando os fluxos migratórios com as regiões Norte e Nordeste, ao passo que reduz os intercâmbios com a região Sudeste.

Palavras-chave: Demografia Econômica; Migrações Internas; Economia Goiana.

Abstract

The objective this paper is to analyze the interstate migration dynamics "from" and "to" the state of Goiás, between 1986 and 2010. The methodology used consists in measuring Migratory Balance, Population Replacement Index (PRI), Migratory Effectiveness Index (MEI) and Net Rate of Migration (NRM), calculated by microdata Censuses 1991, 2000 and 2010, precisely for five-year periods from 1986/1991, 1995/2000 and 2005/2010 by fixed date criterion. The results indicate that, during the three periods studied, the state of Goiás uninterrupted increases their positive migratory balance, approaching in absolute of volumes observed for the state of São Paulo. Moreover, the NRM indicates that the growth of the local population is linked to migration, due mainly to increased retention capacity and replacement of the lost population. In addition, the state has intensified migration to the North and Northeast regions, while reducing exchanges with Southeast.

Keywords: Demographics Economics; Internal Migration, State of Goiás Economics.

Introdução

Durante a primeira metade do século XX, a estrutura produtiva nacional mantinha-se praticamente inalterada; com a concentração e desenvolvimento das atividades industriais na região Sudeste, enquanto as demais regiões brasileiras apresentavam manifestações industriais centradas apenas em algumas poucas iniciativas, que culminavam em uma tímida difusão da atividade produtiva sobre o território nacional. Desta forma, com exceção da região Sudeste, as demais áreas geográficas do país possuíam economias de caráter majoritariamente agrícola.

Contudo, a partir dos anos 1950, o governo federal inicia um ciclo de investimentos na atividade industrial, com o objetivo de romper o caráter de economia agrícola, e promover a industrialização no país. Neste contexto, a opção implementada fora a indução dos investimentos no âmbito produtivo através da participação do Estado, direcionados especialmente para o setor industrial. Esta estratégia permitiu a ampliação do capital industrial no Brasil, apesar de sua concentração no Sudeste. O esgotamento da capacidade de investimentos capitaneados pela União e suas autarquias no início da década de 1980 traz consigo uma nova conjuntura moldada pelas iniciativas regionais.

Assim, no início da década de 1980, alguns estados implementam políticas próprias de incentivo fiscal como forma de atrair investimentos aos seus territórios. Segundo Gomes e Vergolino (1995), estas ações proporcionaram um novo cenário econômico aos estados nordestinos – que passaram a apresentar expressivo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), nas principais economias da região.

Ainda na década de 1980, o Governo Federal, através da Constituição de 1988, delega maior autonomia aos governos estaduais, que passaram a intensificaram iniciativas próprias de desenvolvimento de suas economias internas – onde o incentivo fiscal seria a ferramenta mais utilizada para estimular a atração de investimentos, sobretudo industriais. Baseadas nos princípios da descentralização tributária advindas da nova carta Magna, os estados aumentaram a participação na condução das políticas de desenvolvimento, passando a disputar empresas usando as vias fiscais, elevando de forma expressiva o quadro de disputas entre as Unidades da Federação (GIAMBIAGI E ALÉM, 2000).

Estas estratégias tinham como foco a indústria, onde tais ações proporcionam a algumas regiões o crescimento de seus setores produtivos a taxas superiores à média nacional. Conforme os dados do IPEA (2014), a variação do Produto industrial por região geográfica, entre 1980/1990, apresentou ganhos especialmente para os estados das regiões Norte (51,2%),

Sudeste (35,6%), Centro Oeste (34,7%) e Nordeste (31,9%), que superaram a média nacional (25,6%).

No caso do Centro Oeste, essa região elevou a sua participação na composição do valor adicionado bruto da indústria de transformação no Brasil, passando de 1,4% para 2,5%, entre 1989 e 1999. Este crescimento foi estimulado especialmente pela economia do estado de Goiás, que ampliou a sua participação de 0,7%, em 1989, para 1,2%, em 1999. Estes valores correspondem à metade do crescimento obtido pela região Centro-Oeste (TANNÚS JUNIOR, 2004).

O registro da elevação da atividade industrial, e consequentemente da atividade econômica no estado de Goiás, impõe a necessidade de aumentar a demanda por mão-de-obra interna, como forma de fazer frente às requisições do processo produtivo. Contudo, Silva, Calaça e Chaveiro (2006) advertem que, apesar do crescimento econômico, a oferta de mão-de-obra no estado poderia ser afetada pela redução progressiva da taxa de fecundidade estadual – que responderia por fatores extra-econômicos. Segundo estes autores, este indicador vem apresentando declínio, ao passar de 2,47, em 1991, para 2,02, em 1999.

Dados de Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) evidenciaram que o estado de Goiás possuía, em 2009, a 5ª menor taxa de fecundidade do país. Entretanto, a população do estado cresceu 20%, entre 2000 e 2010, passando de 5.003.228 para 6.003.788 habitantes, segundo dados do Instituto Brasil de Geografia e Estatística (IBGE) referentes ao Censo 2010. A ‘solução’ para tal contradição está na dinâmica migratória que, no período de 2004 a 2009, atraiu 264.087 mil imigrantes e perdeu 135.031 mil emigrantes, perfazendo um saldo migratório de 129.056 pessoas (GOIÁS, 2011).

Dentro do contexto destacado, evidencia-se que a dinâmica econômica favorável, vem atraindo expressivo contingente de imigrantes ao estado, onde tal volume acaba por contrapor os baixos índices de fecundidade local, implicando em crescimento da população. Desta forma, levanta-se o questionamento sobre a dinâmica migratória no estado citado, no que diz respeito ao destino e, principalmente, a origem dos migrantes que compunham a população goiana nas últimas décadas. Assim, o objetivo deste trabalho é analisar a dinâmica migratória interestadual “do” e “para” o estado de Goiás, entre 1986 e 2010, ressaltando as origens e destinos dos envolvidos nesse processo. A metodologia empregada consiste na mensuração do Saldo Migratório, Índice de Reposição Populacional (IRP), Índice de Eficácia Migratória (IEM) e Taxa Líquida de Migração (TLM), calculados a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, precisamente para os quinquênios 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010, a partir do quesito data fixa.

A temática justifica-se pelo papel que a migração possui como elemento importante na formação da população local, ao mesmo tempo em que atua no sentido de proporcionar a ampliação da mão-de-obra. Identificar os destinos e as origens dos migrantes permite estabelecer o direcionamento dos fluxos populacionais, e a mensuração da capacidade de atrair ou expulsar migrantes, permite avaliar o grau ou condição da economia local, sendo um indicador da conjuntura econômica local.

Além desta introdução, o presente trabalho apresenta outras três partes. Na segunda parte, será apresentada a metodologia empregada no trabalho. Na terceira parte, serão apresentados os resultados obtidos. Por fim, serão feitas as considerações finais acerca do estudo realizado.

Procedimentos metodológicos

Material, métodos e conceitos

Para o alcance dos objetivos propostos, as evidências empíricas foram coletadas a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. Trabalha-se com o conceito de migrante de *data fixa*. O mesmo é mensurado a partir do quesito *residência anterior, há exatamente cinco anos antes do levantamento censitário* (1986/1991, 1995/2000, 2005/2010). Ademais, com tal quesito, tem-se a possibilidade do cálculo do saldo migratório, que representa a diferença entre imigrantes e emigrantes, resultante do processo migratório entre duas datas fixas. Mede-se, portanto, a participação das migrações no crescimento populacional do período (CARVALHO; RIGOTTI, 1998).

Buscando especificar e aprimorar o conhecimento sobre a dinâmica migratória brasileira e goiana, outro recurso metodológico adotado foi a mensuração do Índice de Reposição Populacional (IRP) e do Índice de Eficácia Migratória (IEM). Esse último permite aferir a capacidade de evasão, atração ou rotatividade migratória da área, a partir do movimento total de entrada e saída de pessoas, minimizando os efeitos do volume da imigração e da emigração (BAENINGER, 1999; IBGE, 2011).

De acordo com Baeninger (1999), o IEM possibilita classificar as regiões e estados em ganhadores e em perdedores de população. A autora dividiu o índice em sete grupos:

- i) -1,00 a -0,51: área de forte evasão migratória;
- ii) -0,50 a -0,30: área de média evasão migratória;

- iii) -0,29 a -0,01: área de baixa evasão migratória;
- iv) 0,00 a 0,09: área de rotatividade migratória;
- v) 0,10 a 0,29: área de baixa absorção migratória;
- vi) 0,30 a 0,50: área de média absorção migratória;
- vii) 0,51 a 1,00: área de forte absorção migratória.

Contudo, em um cenário migratório distinto do observado no período 1950-1980, marcado pela incidência da migração rural-urbana e pelos fluxos de longa distância, a década de 1980 representou um ponto de inflexão na dinâmica migratória interna. As principais mudanças apontaram para a diversificação das rotas migratórias, intensificação dos movimentos migratórios de curta distância – dentro das regiões e dos próprios estados – fluxos urbano-urbano, deslocamentos pendulares e sazonais, retorno e refluxos (PACHECO, PATARRA, 1997; MATOS, 2002). A partir dessas tendências, Baeninger (2012, p.12) reclassificou alguns conceitos usados em décadas passadas, por considerá-los datados, devendo ser substituídos, como é o caso:

- a) áreas de evasão por áreas de perdas migratórias;
- b) áreas de atração ou absorção por áreas de retenção migratória;
- c) áreas de origem e destino por áreas/etapas constituintes dos processos de rotatividade migratória.

Assim, a referida autora propõe uma nova classificação para o cálculo do IEM que ficou dividido em três áreas:

- i) -1,00 a -0,13: área de perda migratória;
- ii) -0,12 a 0,12: área de rotatividade migratória;
- iii) 0,13 a 1,00: área de retenção migratória.

O IEM varia entre -1 a +1. Valores próximos a -1 representa áreas com perda migratória elevada; valores próximos a 1 diz respeito a áreas que retém a população; valores próximos a 0 (zero), áreas de rotatividade migratória (entradas e saídas de pessoas com volumes semelhantes). Tal indicador é calculado através do quociente entre a migração líquida (I-E) e a migração bruta (I+E), sendo obtido assim:

$$IEM = \frac{(I - E)}{(I + E)}$$

Conforme mencionado acima, o Índice de Reposição Populacional (IRP) é outro indicador adotado. A partir do mesmo mensura-se a capacidade da área/localidade repor a população, a partir da relação entre entradas (Imigração – I) e saídas (Emigração – E) ou de perdas e ganhos populacionais. Este índice é calculado através da razão entre o número de imigrantes pelo número de emigrantes, dado pela seguinte fórmula:

$$IRP = \frac{(I)}{(E)}$$

Um outro indicador utilizado foi a Taxa Líquida de Migração (TLM), calculada a partir da razão entre o saldo migratório (SM) e a população observada no final do período (P_n). Segundo Carvalho; Rigotti (1998, p.9): a TLM “será a proporção da população observada no segundo censo resultante do processo migratório, quando a taxa for positiva, e a proporção em que a população seria acrescida na ausência de migração, se negativa”.

$$TLM = \frac{SM}{P_n} * 100$$

Tendências recentes das migrações internas do e para o estado de Goiás

A partir dos indicadores apresentados na metodologia foram obtidos os resultados acerca da dinâmica migratória. Na primeira seção serão dispostos os resultados acerca da dinâmica nacional, onde será feito um comparativo interestadual. Na segunda, será apresentada a análise sobre a dinâmica do estado de Goiás e suas especificidades.

Brasil: dinâmica migratória interestadual

Os primeiros resultados analisados são acerca dos saldos migratórios interestaduais, que representa a diferença o volume total de imigrantes e emigrantes, obtidos a partir do quesito data fixa - que pergunta ao entrevistado sua residência há exatamente cinco anos antes do levantamento do Censo Demográfico.

Os principais resultados na Tabela 3 mostram que, ao longo dos três quinquênios em estudo, algumas áreas apresentaram reversão de suas tendências migratórias. As regiões Norte e Centro Oeste (com exceção de Goiás) e o estado de São Paulo reduzem progressivamente o

seu saldo migratório positivo, enquanto, paralelamente, os estados das regiões Nordeste e Sul diminuem os contingentes de emigrantes, declinando os seus saldos migratórios negativos. O comportamento da região Sudeste é fortemente dependente dos números apresentados pelo estado de São Paulo, o que o torna representativo para esta região.

Conforme observado na Tabela 3, ao final da década de 1980, registrava-se a região Nordeste, os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e o Paraná com saldo migratório negativo, em função do elevado número de emigrantes. Em nível nacional, tais áreas perderam parcela da sua população para as regiões que apresentavam economias mais prósperas naquele período, a saber: regiões Norte e Centro Oeste, que cresciam em torno da expansão da fronteira agrícola, e o Estado de São Paulo, berço da industrialização nacional (MARTINE, 1994; BAENINGER, 1998). Tal comportamento acabou por fazer destas regiões os principais polos de atração de migrantes em âmbito nacional, dado as oportunidades de emprego.

Durante a década de 1990, com o princípio do esgotamento do modelo agrícola, o estado do Pará torna-se área com saldo migratório negativo, enquanto Minas Gerais, estado tradicional de perda migratória, e o Rio de Janeiro reverterem o seu comportamento, a partir do aumento nas entradas e diminuição nas saídas. Contudo, ao longo da década de 2000, precisamente entre os quinquênios 2005/2010, Minas Gerais volta a apresentar quadros de emigração superiores aos de imigração, implicando em saldo migratório negativo.

Tabela 3 - Volumes da Imigração (I) e Emigração (E) interestadual, Grandes Regiões e Unidades da Federação - Brasil – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 (data fixa)

Grandes Regiões e Estados	1986/1991			1995/2000			2005/2010		
	I	E	Saldo	I	E	Saldo	I	E	Saldo
Rondônia	127.059	94.458	32.601	83.328	72.735	10.593	65.864	53.643	12.221
Acre	12.981	14.347	-1.366	13.633	16.066	-2.433	13.882	14.746	-865
Amazonas	59.364	44.291	15.073	89.624	58.653	30.971	71.451	51.301	20.150
Roraima	35.345	6.691	28.654	47.754	14.382	33.372	25.556	11.204	14.352
Pará	212.439	183.198	29.241	182.047	234.240	-52.193	162.004	201.834	-39.830
Amapá	23.641	7.149	16.492	44.581	15.114	29.467	37.028	15.228	21.800
Tocantins	82.326	71.807	10.519	95.430	82.514	12.916	85.705	77.052	8.654
NORTE	553.155	421.941	131.214	556.397	493.704	62.693	461.490	425.009	36.482
Maranhão	103.445	237.922	-134.477	100.818	274.473	-173.655	105.684	270.664	-164.980
Piauí	72.952	139.440	-66.488	88.737	140.814	-52.077	73.614	144.037	-70.423
Ceará	121.651	245.165	-123.514	162.917	186.708	-23.791	112.372	181.221	-68.849
Rio G. do Norte	75.573	76.448	-875	77.915	71.290	6.625	67.728	54.017	13.711
Paraíba	88.902	174.060	-85.158	102.008	163.489	-61.481	96.028	125.521	-29.493

Pernambuco	171.671	317.234	-145.563	164.865	280.288	-115.423	148.498	223.584	-75.086
Alagoas	60.885	112.634	-51.749	55.966	127.948	-71.982	53.589	130.306	-76.717
Sergipe	55.980	42.374	13.606	52.117	56.924	-4.807	53.039	45.144	7.895
Bahia	186.614	469.141	-282.527	250.567	518.030	-267.463	229.224	466.360	-237.135
NORDESTE	937.673	1.814.418	-876.745	1.055.910	1.819.964	-764.054	939.777	1.640.854	-701.077
Minas Gerais	371.886	479.214	-107.328	447.782	408.655	39.127	376.521	390.626	-14.105
Espírito Santo	135.422	91.299	44.123	129.169	95.169	34.000	130.820	70.120	60.700
Rio de Janeiro	253.390	294.969	-41.579	319.753	274.210	45.543	270.413	247.309	23.105
São Paulo	1.392.794	647.937	744.857	1.223.799	883.885	339.914	991.315	735.518	255.796
SUDESTE	2.153.492	1.513.419	640.073	2.120.503	1.661.919	458.583	1.769.068	1.443.572	325.496
Paraná	269.076	474.975	-205.899	297.312	336.990	-39.678	272.183	293.693	-21.510
Santa Catarina	170.304	125.077	45.227	199.651	139.665	59.986	301.341	128.888	172.452
Rio G. do Sul	114.293	138.762	-24.469	113.393	152.893	-39.500	102.613	177.263	-74.650
SUL	553.673	738.814	-185.141	610.356	629.548	-19.192	676.137	599.845	76.292
Mato G. do Sul	124.046	105.029	19.017	97.708	108.739	-11.031	98.973	80.908	18.065
Mato Grosso	226.904	118.366	108.538	166.301	123.727	42.574	143.954	121.589	22.365
Goiás	268.064	156.652	111.412	372.701	169.900	202.801	363.933	156.107	207.826
Distrito Federal	195.233	143.601	51.632	216.200	188.574	27.626	190.422	175.870	14.552
C.OESTE	814.247	523.648	290.599	852.910	590.941	261.969	797.282	534.474	262.808
TOTAL	5.012.240	5.012.240	-	5.196.076	5.196.076	-	4.643.754	4.643.754	-

Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Dentro deste contexto, os estados de Goiás e de Santa Catarina ganham evidência no cenário nacional ao apresentarem tendência de elevação no contingente de imigrantes. Apesar da mesma dinâmica, o estado de Goiás destaca-se pela dimensão do volume de imigrantes, cujo o saldo no período 2005/2010 fora de 207.826 mil migrantes, frente aos 172.452 mil atraídos pelo estado catarinense – valor aproximadamente 20% maior. Ademais, nos três períodos em estudo, o saldo migratório obtido por Goiás é positivo e crescente, se aproximando, a cada intervalo, dos saldos migratórios registrados pelo estado de São Paulo (255.796 mil pessoas entre 2005/2010), historicamente conhecido como a principal área de destino de migrante tanto nacional quanto internacional. Desta forma, esses primeiros resultados, a partir do saldo migratório, indica o estado goiano como um dos principais polo de atração e retenção migratória do país.

Os saldos migratórios são representativos na caracterização da dinâmica das regiões e estados, mas sozinhos não são capazes de definir o potencial de perda, rotatividade e retenção migratória. Isto porque, é necessário avaliar a relação entre o contingente de imigrantes e emigrantes, e entre eles o tamanho da população local, como forma de mensurar a intensidade da dinâmica migratória. Neste sentido, é aplicado o cálculo do Índice de

Eficácia Migratória e do Índice de Reposição Populacional, cujos resultados referentes aos intervalos 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010, podem ser visualizados na Tabela 4.

Tabela 4- Índice de Eficácia Migratória (IEM) e Índice de Reposição Populacional (IRP), Grandes Regiões e Unidades da Federação – Brasil – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 (data fixa)

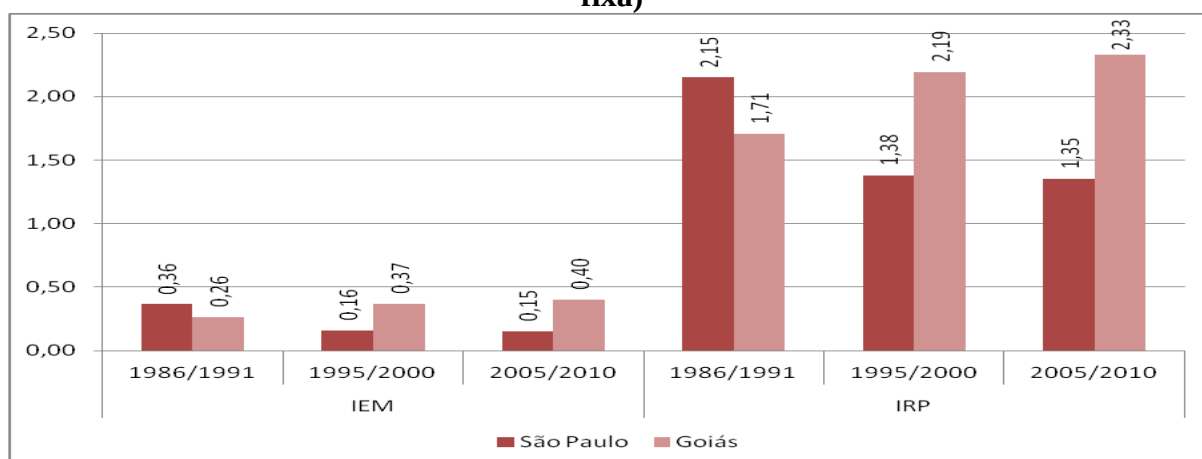
Grandes Regiões e Estados	IEM			IRP		
	1986/1991	1995/2000	2005/2010	1986/1991	1995/2000	2005/2010
Rondônia	0,15	0,07	0,10	1,35	1,15	1,23
Acre	-0,05	-0,08	-0,03	0,90	0,85	0,94
Amazonas	0,15	0,21	0,16	1,34	1,53	1,39
Roraima	0,68	0,54	0,39	5,28	3,32	2,28
Pará	0,07	-0,13	-0,11	1,16	0,78	0,80
Amapá	0,54	0,49	0,42	3,31	2,95	2,43
Tocantins	0,07	0,07	0,05	1,15	1,16	1,11
NORTE	0,13	0,06	0,04	1,31	1,13	1,09
Maranhão	-0,39	-0,46	-0,44	0,43	0,37	0,39
Piauí	-0,31	-0,23	-0,32	0,52	0,63	0,51
Ceará	-0,34	-0,07	-0,23	0,50	0,87	0,62
Rio G. do Norte	-0,01	0,04	0,11	0,99	1,09	1,25
Paraíba	-0,32	-0,23	-0,13	0,51	0,62	0,77
Pernambuco	-0,30	-0,26	-0,20	0,54	0,59	0,66
Alagoas	-0,30	-0,39	-0,42	0,54	0,44	0,41
Sergipe	0,14	-0,04	0,08	1,32	0,92	1,17
Bahia	-0,43	-0,35	-0,34	0,40	0,48	0,49
NORDESTE	-0,32	-0,27	-0,27	0,52	0,58	0,57
Minas Gerais	-0,13	0,05	-0,02	0,78	1,10	0,96
Espírito Santo	0,19	0,15	0,30	1,48	1,36	1,87
Rio de Janeiro	-0,08	0,08	0,04	0,86	1,17	1,09
São Paulo	0,36	0,16	0,15	2,15	1,38	1,35
SUDESTE	0,17	0,12	0,10	1,42	1,28	1,23
Paraná	-0,28	-0,06	-0,04	0,57	0,88	0,93
Santa Catarina	0,15	0,18	0,40	1,36	1,43	2,34
Rio G. do Sul	-0,10	-0,15	-0,27	0,82	0,74	0,58
SUL	-0,14	-0,02	0,06	0,75	0,97	1,13
Mato G. do Sul	0,08	-0,05	0,10	1,18	0,90	1,22
Mato Grosso	0,31	0,15	0,08	1,92	1,34	1,18
Goiás	0,26	0,37	0,40	1,71	2,19	2,33
Distrito Federal	0,15	0,07	0,04	1,36	1,15	1,08
C. OESTE	0,22	0,18	0,20	1,55	1,44	1,49
TOTAL	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	1,00

Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Os valores obtidos pelo IEM ratificam a capacidade de retenção migratória de Goiás, que, entre os demais estados, obteve a melhor série de valores considerando os três períodos analisados. Conforme descrito na metodologia, os valores entre 0,13 a 1 representa áreas que retém população; nos três quinquênios em estudo, Goiás obteve a sequência de 0,26, 0,37 e 0,40, enquanto São Paulo apresentou valores decrescentes de 0,36, 0,16 e 0,15, respectivamente, diminuindo a sua capacidade de retenção populacional, enquanto o estado Goiás aumenta.

Já o Índice de Reposição Populacional, dado pela razão entre o número de imigrantes pelo número de emigrantes, indica a potencialidade migratória da área/estado em repor população. Assim, Goiás obteve valores superior a 1: 1,71, 2,19 e 2,33 para os períodos de 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010, respectivamente, indicando que para cada 10 saídas/emigração do estado houve entrada/imigração de 17, 22 e 23 pessoas. No caso do estado de São Paulo, nesse mesmo intervalo, a dinâmica foi contrária, apresentando diminuição, dado que para cada 10 saídas, entraram/imigraram 21, 14 e 13 pessoas. Portanto, conforme observado com o IEM, o IRP confirma os melhores números/resultados para o estado de Goiás, e que além de maiores são crescentes ao longo do período considerado. Em ambas as análises, os números referentes a Goiás são superiores aos apresentados por São Paulo, como pode visto no Gráfico 4.

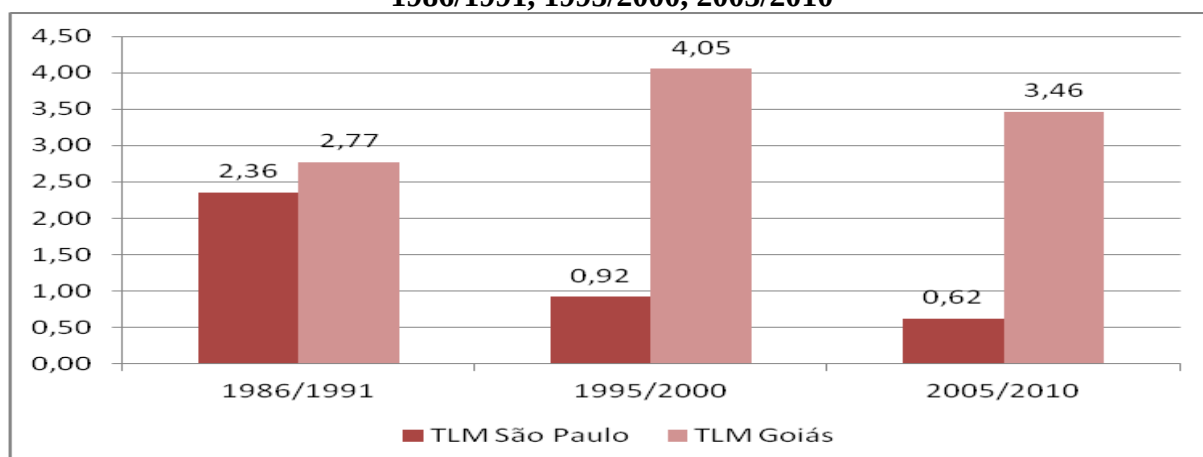
Gráfico 4 – Índice de Eficácia Migratória (IEM) e Índice de Reposição Populacional (IRP) estado de São Paulo e estado de Goiás – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 (data fixa)



Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

O comparativo entre os dois estados permite identificar a “transferência” do poder de atração, retenção migratória e reposição populacional de São Paulo para Goiás, cuja dinâmica econômica recente se converte em estímulos à entrada cada vez maior de imigrantes. Esta tendência de superação de Goiás frente a São Paulo é reforçada pela análise da Taxa Líquida de Migração (TLM), cujo resultado está presente no Gráfico 5.

Gráfico 5 – Taxa Líquida de Migração (TLM) – Estado de São Paulo e Estado de Goiás - 1986/1991, 1995/2000, 2005/2010



Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Durante os três quinquênios em análise, os valores da TLM para o estado de Goiás sempre superou o estado de São Paulo. Isso significa que a população residente em Goiás, entre 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 foi acrescida em 2,77%, 4,05% e 3,46%, respectivamente, em decorrência das migrações e/ou saldo migratório positivo. No caso do estado de São Paulo, a dinâmica foi contrária, a partir da diminuição da importância das migrações no seu crescimento populacional, com incrementos de 2,36%, 0,92% e 0,62%, respectivamente.

A partir dos indicadores migratórios analisados, foi possível constatar a intensificação do estado de Goiás em atrair e reter um contingente de imigrantes, que mostrou-se crescente ao longo das últimas décadas, superando o estado de São Paulo, principal porta de entrada dos migrantes, mas que ao longo dos quinquênios em tela vem perdendo a capacidade de atrair e reter a população, com a intensidade observada em décadas passadas (QUEIROZ, 2013).

Diante dessa nova tendência migratória, a seção a seguir fará uma análise específica acerca da dinâmica migratória interestadual do estado de Goiás, enfatizando a origem e o destino dos fluxos migratórios apresentados por este estado, procurando saber, principalmente, de onde procedem os migrantes que se dirigem para essa Unidade da Federação.

Os fluxos migratórios interestaduais com origem e destino ao estado de Goiás

Uma vez verificado a capacidade de retenção e atração de migrantes, reposição populacional e importância do saldo migratório no crescimento da população residente no estado de Goiás, faz-se necessário identificar o destino e origem dos migrantes que adentraram e saíram dessa Unidade da Federação ao longo do período analisado. Esta análise é fundamental para a compreensão do papel que o estado de Goiás exerce sobre a dinâmica migratória nacional, bem como compreender os vínculos que tal estado mantém com os demais entes da federação no que diz respeito aos saldos migratórios. Além disto, será possível estabelecer a origem dos imigrantes, bem com o destino dos emigrantes, e seus graus de participação na composição dos fluxos migratórios do estado de Goiás.

Conforme os dados expressos na Tabela 5, considerando o período 1986/1991, constata-se que os principais fluxos de imigrantes eram provenientes da própria região Centro Oeste, com 32,13%, e da região Nordeste, com 24,32%, e do Sudeste (23,57%). Juntas, estas regiões respondiam como cerca de 80% dos imigrantes do estado. Contudo, os valores relativos ao Centro Oeste evidenciam um forte componente intra-regional, haja vista que quase 25% dos imigrantes eram oriundos do Distrito Federal, apontando para a importância dos fluxos de curta distância. Fatores associados ao elevado custo de vida em Brasília, qualidade de vida e oportunidade de empregos no setor público e privado em Goiás, devem justificar tal atratividade. Tocantins (9,71%), Bahia (10,52%) e Minas Gerais (13,35%) são outros estados que enviaram elevados contingentes humanos para Goiás.

Em termos de destino, entre 1986/1991, 23,91% dos emigrantes que partiram de Goiás se dirigiram para a região Norte, 31,85% para o Sudeste, enquanto 33,26% para os estados da própria região Centro Oeste. No âmbito destes fluxos intra-regionais, novamente o fluxo entre o Distrito Federal é expressivo, com aproximadamente 17,14% dos emigrantes se dirigindo para esta área; valor que só fora superado pelos fluxos direcionados ao estado de Minas Gerais, que responderam por 19,37% do total das emigrações.

Com relação ao saldo migratório, chama atenção a forte atratividade do estado de Goiás, ao apresentar trocas positivas com todas as Unidades da Federação da região Nordeste, Sudeste e Sul, com destaque para o Distrito Federal (40.135 mil pessoas) e a Bahia (24.001 mil migrantes). Os únicos saldos negativos foi com Rondônia (682), Roraima (233), Amapá (23), Mato Grosso do Sul (22) e Mato Grosso (6.093).

No tocante ao Índice de Eficácia Migratória (IEM¹), esse indicador mostra a grande capacidade de atração populacional de Goiás, ao tipificar como área de perda migratória

¹ Maiores detalhes sobre esse índice veja a seção metodológica.

somente com Roraima (-0,24), Amapá (-0,45) e Mato Grosso do Sul (-0,16); área de retenção com todos os estados do Nordeste e Sul, além do Acre, Amazonas, Espírito Santo, Rio de Janeiro e o Distrito Federal e, por último, como área de rotatividade migratória com as demais UFs.

Tabela 5 – Imigrantes e Emigrantes interestaduais, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação – Estado de Goiás – 1986/1991 (data fixa)

Grandes Regiões e Estados	Imigrantes (I)	(%)	Emigrantes (E)	(%)	Saldos (I-E)	Índice	
						Eficácia (I-E)/(I+E)	Reposição (I/E)
Rondônia	3.462	1,29	4.144	2,65	- 682	-0,09	0,84
Acre	260	0,10	190	0,12	70	0,16	1,37
Amazonas	738	0,28	566	0,36	172	0,13	1,30
Roraima	376	0,14	609	0,39	- 233	-0,24	0,62
Pará	12.915	4,82	11.034	7,04	1.881	0,08	1,17
Amapá	26	0,01	69	0,04	- 43	-0,45	0,38
Tocantins	26.040	9,71	20.842	13,30	5.198	0,11	1,25
NORTE	43.817	16,35	37.454	23,91	6.363	0,08	1,17
Maranhão	9.171	3,42	2.792	1,78	6.379	0,53	3,28
Piauí	7.664	2,86	896	0,57	6.768	0,79	8,55
Ceará	8.179	3,05	1.275	0,81	6.904	0,73	6,41
Rio G. do Norte	3.138	1,17	1.173	0,75	1.965	0,46	2,68
Paraíba	4.380	1,63	735	0,47	3.645	0,71	5,96
Pernambuco	3.424	1,28	1.182	0,75	2.242	0,49	2,90
Alagoas	682	0,25	253	0,16	429	0,46	2,70
Sergipe	352	0,13	188	0,12	164	0,30	1,87
Bahia	28.192	10,52	4.191	2,68	24.001	0,74	6,73
NORDESTE	65.182	24,32	12.685	8,10	52.497	0,67	5,14
Minas Gerais	35.796	13,35	30.345	19,37	5.451	0,08	1,18
Espírito Santo	1.172	0,44	411	0,26	761	0,48	2,85
Rio de Janeiro	5.709	2,13	1.803	1,15	3.906	0,52	3,17
São Paulo	20.498	7,65	17.332	11,06	3.166	0,08	1,18
SUDESTE	63.175	23,57	49.891	31,85	13.284	0,12	1,27
Paraná	4.554	1,70	2.028	1,29	2.526	0,38	2,25
Santa Catarina	1.358	0,51	665	0,42	693	0,34	2,04
Rio G. do Sul	3.853	1,44	1.824	1,16	2.029	0,36	2,11
SUL	9.765	3,64	4.517	2,88	5.248	0,37	2,16
Mato G. do Sul	3.325	1,24	3.347	2,14	-22	0,00	0,99
Mato Grosso	15.808	5,90	21.901	13,98	-6.093	-0,16	0,72
Distrito Federal	66.992	24,99	26.857	17,14	40.135	0,43	2,49
C.OESTE	86.125	32,13	52.105	33,26	34.020	0,25	1,65
TOTAL	268.064	100,00	156.652	100,00	111.412	0,26	1,71

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico de 1991.

Já o Índice de Reposição Populacional (IRP), que mostra a capacidade do estado de Goiás repor a sua população em função do seu total de imigrantes sobre o total de emigrantes (I/E), mostra que para cada 10 pessoas que partiram, entraram 17 indivíduos. Os estados que mais contribuíram com essa dinâmica foram: Piauí (8,55), Bahia (6,73) e Ceará (6,41). Isso

significa, por exemplo, que de cada 10 pessoas que deixaram o estado de Goiás para o Piauí, procederam dessa UF 86 pessoas em direção ao Goiás.

Ao se analisar a década seguinte, expressa pelo período 1995/2000 (Tabela 6), constata-se que os fluxos existentes entre o estado de Goiás e a região Centro Oeste mantiveram-se intensos. Os imigrantes intra-regionais responderam por cerca de 34,85%, sendo que somente o Distrito Federal contribuiu com 28,11%— novamente, o maior polo de origem dos imigrantes para Goiás. Os demais polos representativos foram a região Nordeste (27,11%), Sudeste (18,25%) e o Norte (16,86%). Comparado ao período anterior (Tabela 5), observa-se que a participação da região Norte manteve-se estável, ao passo que se registra breve elevação da participação nordestina e declínio do percentual advindo da região Sudeste.

Tabela 6 – Imigrantes e Emigrantes interestaduais, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação – Estado de Goiás – 1995/2000 (data fixa)

Grandes Regiões e Estados	Imigrantes (I)	(%)	Emigrantes (E)	(%)	Saldo (I-E)	Índice	
						Eficácia (I-E)/(I+E)	Reposição (I/E)
Rondônia	3.077	0,83	2.225	1,31	852	0,16	1,38
Acre	991	0,27	290	0,17	701	0,55	3,42
Amazonas	1.242	0,33	949	0,56	293	0,13	1,31
Roraima	818	0,22	560	0,33	258	0,19	1,46
Pará	21.463	5,76	7.937	4,67	13.526	0,46	2,70
Amapá	328	0,09	342	0,20	-14	-0,02	0,96
Tocantins	34.914	9,37	19.535	11,50	15.379	0,28	1,79
NORTE	62.833	16,86	31.838	18,74	30.995	0,33	1,97
Maranhão	29.165	7,83	3.210	1,89	25.955	0,80	9,09
Piauí	15.082	4,05	2.171	1,28	12.911	0,75	6,95
Ceará	7.892	2,12	2.349	1,38	5.543	0,54	3,36
Rio G. do Norte	3.111	0,83	1.648	0,97	1.463	0,31	1,89
Paraíba	4.877	1,31	1.657	0,98	3.220	0,49	2,94
Pernambuco	5.900	1,58	1.479	0,87	4.421	0,60	3,99
Alagoas	1.839	0,49	303	0,18	1.536	0,72	6,07
Sergipe	1.106	0,30	297	0,17	809	0,58	3,72
Bahia	32.067	8,60	7.580	4,46	24.487	0,62	4,23
NORDESTE	101.039	27,11	20.694	12,18	80.345	0,66	4,88
Minas Gerais	34.262	9,19	30.618	18,02	3.644	0,06	1,12
Espírito Santo	1.226	0,33	680	0,40	546	0,29	1,80
Rio de Janeiro	4.551	1,22	2.710	1,60	1.841	0,25	1,68
São Paulo	27.976	7,51	19.563	11,51	8.413	0,18	1,43
SUDESTE	68.015	18,25	53.571	31,53	14.444	0,12	1,27
Paraná	5.141	1,38	2.608	1,54	2.533	0,33	1,97
Santa Catarina	1.995	0,54	2.278	1,34	-283	-0,07	0,88
Rio G. do Sul	3.780	1,01	1.557	0,92	2.223	0,42	2,43
SUL	10.916	2,93	6.443	3,79	4.473	0,26	1,69
Mato G. do Sul	4.786	1,28	3.786	2,23	1.000	0,12	1,26
Mato Grosso	20.354	5,46	18.309	10,78	2.045	0,05	1,11
Distrito Federal	104.758	28,11	35.259	20,75	69.499	0,50	2,97
C.OESTE	129.898	34,85	57.354	33,76	72.544	0,39	2,26
TOTAL	372.701	100,00	169.900	100,00	202.801	0,37	2,19

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico 2000.

A análise dos fluxos de emigrantes permite identificar que novamente os maiores vínculos são realizados na própria região Centro Oeste, cujos percentuais são de cerca 33,76% das emigrações goianas. Internamente, o maior fluxo intra-regional é registrado com o Distrito Federal, que recebeu 20,75% dos egressos. Em nível inter-regional, a região Sudeste foi o destino de 31,53% daqueles que partiram do estado de Goiás, a região Nordeste foi a escolha de 12,18%, enquanto a região Norte foi pretendida por 18,74%. No comparativo com o período anterior (Tabela 5), registra-se, em termos relativos, o aumento dos de destinos à região Nordeste, simultaneamente à queda dos fluxos direcionados a região Norte – enquanto a participação do Sudeste se mantém constante.

No que diz respeito aos saldos migratórios, em termos de volume, os maiores ganhos para o estado de Goiás advém do Distrito Federal (69.499), Maranhão (25.955), Bahia (24.487) e Tocantins (15.379), revelando, ao mesmo tempo, a importância da migração de curta (intra-regional) e de longa distância (inter-regional). Quanto a capacidade de retenção migratória, a cada quinquênio em tela, o estado de Goiás confirma a sua tendência de despontar como um dos principais polos de destino do Brasil. Entre 1995/2000, essa UF não foi área de perda migratória para nenhum estado, área de rotatividade migratória somente com o Amapá (-0,02) e Santa Catarina (-0.07), e área de retenção migratória com as demais UFs.

Considerando os dados do último período (2005/2010), tem-se que a região Centro Oeste permaneceu como o principal polo de origem dos ingressos no estado de Goiás, com 29,63%, sendo que 22,69% do total destes eram procedentes do Distrito Federal – que permaneceu como o local que enviou mais imigrantes (Tabela 7). Dentre os fluxos oriundos de outras regiões, destacam-se os procedentes da região Nordeste (33,28%), Sudeste (18,36%) e Norte (15,92%). Em nível estadual, além do Distrito Federal (82.564), os estados que se destacaram no envio de imigrantes para Goiás foram: Maranhão (43.846), Bahia (37.144), Minas Gerais (36.017), Tocantins (31.176) e São Paulo (25.035).

Tabela 7 – Imigrantes e Emigrantes interestaduais, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação – Estado de Goiás – 2005/2010 (data fixa)

Grandes Regiões e Estados	Imigrantes (I)	(%)	Emigrantes (E)	(%)	Saldo (I-E)	Índice	
						Eficácia (I-E)/(I+E)	Reposição (I/E)
Rondônia	2.401	0,66	2.553	1,64	- 152	-0,03	0,94
Acre	836	0,23	208	0,13	628	0,60	4,01
Amazonas	1.239	0,34	820	0,53	420	0,20	1,51
Roraima	400	0,11	386	0,25	13	0,02	1,03
Pará	21.585	5,93	9.263	5,93	12.322	0,40	2,33
Amapá	285	0,08	217	0,14	68	0,14	1,31
Tocantins	31.176	8,57	18.829	12,06	12.347	0,25	1,66
NORTE	57.923	15,92	32.277	20,68	25.646	0,28	1,79
Maranhão	43.846	12,05	5.430	3,48	38.416	0,78	8,08
Piauí	14.754	4,05	3.311	2,12	11.443	0,63	4,46
Ceará	7.018	1,93	2.182	1,40	4.836	0,53	3,22
Rio G. do Norte	3.132	0,86	1.380	0,88	1.752	0,39	2,27
Paraíba	4.591	1,26	1.382	0,89	3.209	0,54	3,32
Pernambuco	5.719	1,57	1.394	0,89	4.325	0,61	4,10
Alagoas	4.081	1,12	341	0,22	3.740	0,85	11,96
Sergipe	817	0,22	307	0,20	510	0,45	2,66
Bahia	37.144	10,21	8.336	5,34	28.808	0,63	4,46
NORDESTE	121.101	33,28	24.064	15,42	97.038	0,67	5,03
Minas Gerais	36.017	9,90	22.402	14,35	13.615	0,23	1,61
Espírito Santo	1.136	0,31	621	0,40	515	0,29	1,83
Rio de Janeiro	4.625	1,27	2.519	1,61	2.105	0,29	1,84
São Paulo	25.035	6,88	14.741	9,44	10.294	0,26	1,70
SUDESTE	66.813	18,36	40.284	25,81	26.529	0,25	1,66
Paraná	4.753	1,31	2.716	1,74	2.037	0,27	1,75
Santa Catarina	2.480	0,68	2.110	1,35	370	0,08	1,18
Rio G. do Sul	3.031	0,83	1.834	1,17	1.197	0,25	1,65
SUL	10.264	2,82	6.661	4,27	3.604	0,21	1,54
Mato G. do Sul	4.572	1,26	3.794	2,43	777	0,09	1,20
Mato Grosso	20.696	5,69	16.087	10,31	4.609	0,13	1,29
Distrito Federal	82.564	22,69	32.941	21,10	49.623	0,43	2,51
C.OESTE	107.832	29,63	52.822	33,84	55.010	0,34	2,04
TOTAL	363.933	100,00	156.107	100,00	207.826	0,40	2,33

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico 2010.

Com relação ao volume dos emigrantes procedentes do estado de Goiás, constata-se que os maiores fluxos foram destinados à região Centro Oeste, cujo percentual foi de 33,84% das saídas totais. Novamente, o Distrito Federal mantém a tendência de principal destino, tendo sido a escolha realizada por 21,1% dos egressos. No âmbito inter-regional, constatou-se a região Sudeste como o destino escolhido por 25,81% dos emigrantes, enquanto o Nordeste foi procurada por 15,42%, e o Norte recebeu 20,68%. Esta nova configuração de valores elevou a participação das regiões Norte e Nordeste, ao passo que a região Sudeste perde, cada vez mais, participação como destino escolhido. Em nível estadual, em sua maioria, os

emigrantes se dirigiram, além do Distrito Federal, para Minas Gerais, Tocantins, Mato Grosso e São Paulo.

No tocante aos saldos migratórios, é digno de nota que Goiás apresentou saldo negativo somente com um estado: Rondônia (-152). Isso mostra a capacidade da atração e retenção populacional dessa UF, que a cada quinquênio em estudo, consolida-se como um dos principais destinos ou o principal polo de atração das migrações interestaduais do país, superando até mesmo o estado de São Paulo, conforme visto no Gráfico 4 e, em especial, no Gráfico 5, que trata da Taxa Líquida de Migração. Em termos de volume, manteve-se a tendência constatada nos intervalos anteriores, com os maiores saldos positivos advindos do Distrito Federal (69.499), Maranhão (25.955), Bahia (24.487) e Tocantins (15.379).

O Índice de Eficácia Migratória (IEM) e o Índice de Reposição Populacional (IRP) confirmam o poder de atratividade de Goiás, dado que a cada intervalo (1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010), o estado aumenta o IEM (0,26, 0,37 e 0,40, respectivamente) e o IRP (1,71, 2,19 e 2,33, respectivamente). Isso mostra que, no último período em questão, Goiás consolida-se como área de retenção migratória (0,40) e para cada dez saídas de pessoas entram vinte e três migrantes (2,33) (Tabela 7).

Conclusão

O principal objetivo desse estudo foi analisar os fluxos migratórios interestaduais “do” e “para” o estado de Goiás, entre 1986 e 2010, e mostrar a importância dessa Unidade da Federação como área de destino populacional.

Tendo como pano de fundo a dinâmica econômica goiana, no tempo e espaço, esse estudo apontou que, desde os anos 1980, o estado de Goiás consolida-se, a cada quinquênio estudado, com área de atração e, principalmente, de retenção migratória. Para tanto, essa tendência está diretamente relacionada com a melhora na economia estadual, a partir do aumento na sua participação no PIB nacional e capacidade de gerar postos de trabalhos.

Em termos migratórios destacou-se o elevado fluxo interestadual procedente do Distrito Federal, Maranhão, Bahia e Minas Gerais, revelando a importância das migrações de curta e longa distância e a elevada atratividade migratória do estado de Goiás.

Ademais, chamou a atenção, quando comparado ao estado de São Paulo, tradicional porta de entrada de migrantes internacionais e nacionais, o desempenho migratório de Goiás. Durante os três quinquênios em análise (1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010), tanto em termos relativos quanto absolutos, o estado de Goiás aumentou o seu saldo migratório

positivo, se aproximando do volume do estado de São Paulo que, a cada intervalo estudado, diminuiu o seu saldo.

O Índice de Eficácia Migratória mostra que, na atualidade, de fato, o estado de Goiás é o principal pólo de retenção populacional do país, com valores superiores aos apresentados pelo estado de São Paulo. Por sua vez, a Taxa Líquida de Migração, calculada a partir da razão entre o saldo migratório (SM) e a população observada no final do período (P_n), é outro indicador que confirma Goiás como o 'novo' eldorado do Brasil, dado a importância crescente das migrações para o crescimento populacional do estado, enquanto que, no caso do estado de São Paulo, a cada quinquênio, decresce a importância do saldo migratório na composição do seu crescimento populacional.

Em resumo, esses resultados aludem para a validade e importância do binômio crescimento econômico-migração, industrialização-migração e emprego-migração. Isto porque, a partir do momento que o estado de Goiás despontou como uma das principais fronteiras agrícolas do país, e a crescente importância da sua indústria, essa área passou a se destacar como área de atração e retenção migratória nacional.

Bibliografia

BAENINGER, R. Migrações internas no Brasil no século 21: entre o local e o global. In: **XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 2012, Águas de Lindóia – SP. Anais do XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais - ABEP.

_____. **Região, Metrópole e Interior: Espaços Ganhadores e Espaços Perdedores nas Migrações Recentes**. Brasil, 1980-1996. Tese de Doutorado. IFCH/UNICAMP, 1999.

_____. A nova configuração urbana no Brasil: desaceleração metropolitana e redistribuição da população. In: **XII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Caxambu: ABEP, 1998.

CARVALHO, J. A. M. de; RIGOTTI, J. I. R. Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: algumas sugestões para análise. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 7-16, 1998.

COSTA, C.. **A Nova Sudeco e a Inclusão Industrial do Centro-Oeste**. Conjuntura Econômica Goiana - Julho/2004.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C.. **Finanças Públicas: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

GOIÁS. **Dinâmica populacional de Goiás: uma análise do censo 2010 do IBGE**. Superintendência de estatísticas, pesquisa e informações socioeconômicas, Goiana, 2011.

GOMES, G. M.; VERGOLINO J. R. O. **A macroeconomia do desenvolvimento nordestino: 1960/1994**. (Texto para discussão Nº 372); IPEA, 1995.

IPEDATA. Contas Nacionais a nível regional. Acesso em 12/05/2014. Disponível em: www.ipeadata.gov.br.

MARTINE, G. **A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80**. Rio de Janeiro: IPEA/DIPES, texto para discussão n. 329, jan, 1994.

MATOS, R. E. S. A contribuição dos imigrantes em áreas de desconcentração demográfica do Brasil contemporâneo. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v.19, n.1, p.49-72, 2002.

MONTEIRO NETO, A.; GOMES, G. M. **Quatro Décadas de Crescimento Econômico no Centro-Oeste Brasileiro**: Recursos Públicos em Ação. Texto para discussão n. 712, Brasília, março de 2000.

PACHECO, C. A.; PATARRA, N. L. Movimentos migratórios anos 80: novos padrões? In: **Migrações, condições de vida e dinâmica urbana**: São Paulo 1980-1993. Campinas: UNICAMP/IE, 1997, p.25-52.

QUEIROZ, S. N. de. Migrações, retorno e seletividade no mercado de trabalho cearense. (Doutorado em Demografia). Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2013.

SILVA, M. C. da; CALAÇA, M.; CHAVEIRO, E. F.. **O Declínio da Fecundidade no Território Goiano**. In: Conjuntura Econômica Goiana nº 8. Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento, Goiana, maio de 2006.

Sobre o autor:

Jose Márcio Santos

Professor departamento de economia, Universidade Regional do Cariri

Artigo recebido em 12/09/2018

Aprovado em 06/02/2019

Como citar esse artigo:

SANTOS, Jose Márcio. O estado de Goiás no contexto das novas tendências migratórias internas: abordagem para o período 1986-2010. **Revista de Economia da UEG**. Vol. 14, N.º 2, jul/dez. 2018.